

APÊNDICE 06

CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [·] PARA A CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA AQUAVIÁRIO DE TRANSPORTE DE VEÍCULOS E PASSAGEIROS DENOMINADO SISTEMA DE TRAVESSIAS.

[•], 202[•]

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ARTESP

[CONCESSIONÁRIA]

[BANCO DEPOSITÁRIO]

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONTA
BANCÁRIA CENTRALIZADORA**

referente à Concessão Patrocinada do Sistema de Travessias

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS¹

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato de Administração de Contas ("**Contrato**"), as partes:

- (1) O Governo do Estado de São Paulo, neste ato representado pela Secretaria [•], ("**Poder Concedente**");
- (2) [•] ("**Concessionária**") e, na qualidade de banco depositário e administrador das contas objeto do presente Contrato;
- (3) [•] ("**Banco Depositário**") e, em conjunto com o Poder Concedente, a ARTESP e a Concessionária, as "**Partes**" e, individual e indistintamente, "**Parte**").

Com a interveniência e anuência da:

- (4) Agência Reguladora de Serviços Públicos de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), inscrita no CNPJ sob o nº 05.051.955/0001-91, com sede na Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi – São Paulo/SP, por seu Diretor Geral, Sr. [•], portador do RG nº [•] e CPF nº [•] ("**ARTESP**");

CONSIDERANDO QUE:

- (A) o Poder Concedente e a Concessionária, com a interveniência da ARTESP, celebraram Contrato de Concessão Patrocinada referente à operação, manutenção e realização dos investimentos necessários no Sistema de Travessias (o "**Projeto**");
- (B) as RECEITAS TARIFÁRIAS auferidas pela Concessionária com o Sistema de Travessias, devem ser vertidas para a CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA (conforme definido abaixo), cuja movimentação será regulada por meio do presente instrumento;
- (C) as Partes concordam em assinar o presente Contrato, com o objetivo de regular as movimentações da Conta Bancária Centralizadora, nos termos do Contrato de Concessão Patrocinada.

RESOLVEM as Partes firmar o presente Contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo.

1. DEFINIÇÕES

- 1.1. Para os fins deste Contrato, salvo quando houver disposição em contrário, os termos iniciados em letras maiúsculas deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com o Contrato de Concessão Patrocinada, conforme termos definidos no Glossário constante do Anexo 17 ao Contrato de Concessão Patrocinada. Além disso, os termos a seguir serão compreendidos de acordo com os respectivos significados conforme especificado abaixo:

¹ Essa é uma minuta referencial, podendo eventualmente sofrer ajustes ou adequações pactuadas pelas Partes, quando da celebração deste Contrato, a fim de assegurar que as premissas materiais do funcionamento das contas bancárias aqui disciplinado sejam atendidas de forma adequada.

- 1.1.1. "**Administração Temporária**" – tem o significado atribuído no Acordo Tripartite, casocelebrado, ou nos termos da Anexo 9 do Contrato de Concessão Patrocinada.

- 1.1.2. "**Acordo Tripartite**" – significa o Acordo Tripartite que poderá ser celebrado entre o Poder Concedente, a Concessionária e o Agente, representando os Financiadores, substancialmente na forma do ANEXO 09 ao Contrato de Concessão Patrocinada.
- 1.1.3. "**Agência**" – significa a agência [•] do Banco Depositário.
- 1.1.4. "**Agente**" – significa o representante do conjunto de Financiadores, tais como o banco líder ou coordenador, ou terceiro indicado pelos financiadores, inclusive agente fiduciário, perante a ARTESP e o Poder Concedente, a quem cabe o exercício dos direitos e obrigações que lhe são conferidos, nos termos dos Contratos de Financiamento e conforme o Acordo Tripartite, se celebrado.
- 1.1.5. "**Assunção de Controle**" – tem o significado atribuído no Acordo Tripartite, caso celebrado, ou nos termos do Contrato de Concessão Patrocinada, caso o Acordo Tripartite não seja celebrado.
- 1.1.6. "**Banco Depositário**" – é o agente financeiro revestido de poderes para realizar a movimentação de recursos e administração das contas bancárias de que trata o presente Instrumento Particular de Contrato de Administração de Contas, selecionado pelas Partes e remunerado pela Concessionária.
- 1.1.7. "**Conta Bancária Centralizadora**" – significa a conta corrente nº [•], mantida pela Concessionária na agência [•] do [banco].
- 1.1.8. "**Conta de Livre Movimentação**" – significa a conta corrente nº [•], mantida pela Concessionária na agência [•] do [banco].
- 1.1.9. "**Contrato de Concessão Patrocinada**" – tem o significado atribuído no Considerando "A".
- 1.1.10. "**Contratos de Financiamento**" – significa os contratos e instrumentos de financiamento que venham a ser celebrados entre os Financiadores e a Concessionária, com o objetivo de financiar os serviços indicados no Contrato de Concessão Patrocinada.
- 1.1.11. "**Documentos da Concessão**" – significa, quando referidos em conjunto, a totalidade dos documentos celebrados com o Poder Concedente relacionados à Concessão, incluindo, mas não se limitando ao presente Contrato, o Contrato de Concessão Patrocinada e, caso celebrado, o Acordo Tripartite, juntamente com todos os documentos anexos e acessórios aos referidos instrumentos.
- 1.1.12. "**Financiadores**" – tem o significado atribuído no Anexo 17 ao Contrato de Concessão Patrocinada.
- 1.1.13. "**Investimentos Permitidos**" – significa os seguintes ativos: [•], devendo tais ativos serem administrados por instituição financeira de primeira linha.
- 1.1.14. "**Notificação de Aferimento de Receita Tarifária**" – tem o significado atribuído na Cláusula 4.1.
- 1.1.15. "**Notificação de Exercício**" – tem o significado atribuído na Cláusula 5.

- 1.1.16. **“Plano de Reestruturação”** – tem o significado atribuído no Acordo Tripartite, Anexo 9, caso celebrado.
- 1.1.17. **“Projeto”** – tem o significado atribuído no Considerando A acima.
- 1.1.18. **“Receitas Tarifárias”** – tem o significado atribuído no Anexo 17 ao Contrato de Concessão Patrocinada.
- 1.1.19. **“Remuneração”** – tem o significado atribuído nos termos do Contrato de Concessão Patrocinada.
- 1.1.20. **“Sistema de Travessias”** – tem o significado atribuído no Anexo 17 ao Contrato de Concessão Patrocinada.
- 1.1.21. **“Tarifa”** – DE VEÍCULOS, cobradas pela CONCESSIONÁRIA dos USUÁRIOS, nos termos do CONTRATO e especialmente do ANEXO 5, bem como em atendimento à regulação exercida pela ARTESP
- 1.1.22. **“Termo de Adesão”** – significa o documento assinado pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Financiadores, substancialmente nos termos do Anexo I ao presente Contrato, por meio do qual o Agente adere aos termos deste Contrato, sem prejuízo de ajustes acordados entre as Partes.
- 1.1.23. **“Transferência da Concessão”** – tem o significado atribuído no Acordo Tripartite, caso celebrado, ou nos termos do Contrato de Concessão Patrocinada nas disposições que tratam da transferência de controle, caso o Acordo Tripartite não seja celebrado.

1.2. Nenhuma das cláusulas do presente Contrato altera ou modifica quaisquer obrigações da Concessionária com relação ao Poder Concedente, tal como estabelecidas no Contrato de Concessão Patrocinada.

2. OBJETO

2.1. O presente Contrato tem por objetivo disciplinar a CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA e as respectivas movimentações pelo BANCO DEPOSITÁRIO.

2.2. O BANCO DEPOSITÁRIO, neste ato, declara expressamente que a CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA foi devidamente aberta de acordo com as normas específicas, estando apta para a realização das movimentações previstas no presente CONTRATO e nos demais DOCUMENTOS DA CONCESSÃO.

2.2.1. As Partes poderão pactuar os termos e condições para a criação e operacionalização de contas específicas para a movimentação de recursos oriundos da CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA, após a devida apuração do recurso a ser movimentado, considerando a sua finalidade específica.

2.2.2. A criação de contas específicas de que trata a cláusula 2.2.1 acima não altera as prerrogativas das PARTES quanto à movimentação dos recursos envolvidos.

2.3. A CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA será movimentável exclusivamente pelo BANCO DEPOSITÁRIO, observadas as disposições deste Contrato.

2.3.1. O PODER CONCEDENTE, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA se obrigam a não fornecer quaisquer instruções ao BANCO DEPOSITÁRIO relativas à CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA, ressalvadas as movimentações permitidas neste Contrato.

2.3.2. As PARTES somente poderão utilizar a CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA para as finalidades previstas neste Contrato, não podendo onerar ou constituir qualquer direito ou preferência sobre a referida conta.

2.3.3. As PARTES concordam que as transferências previstas poderão ser realizadas pelo BANCO DEPOSITÁRIO nos termos previstos neste Contrato, sem necessidade de qualquer autorização das Partes, ressalvadas as hipóteses descritas neste Contrato.

2.4. A CONCESSIONÁRIA, neste ato, outorga ao BANCO DEPOSITÁRIO todas as autorizações necessárias para movimentar a CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA, nos termos do presente CONTRATO.

2.5. Para os fins deste CONTRATO:

2.5.1. a CONCESSIONÁRIA renuncia ao direito de sigilo bancário em relação às informações da Conta Bancária Centralizadora, de acordo com o artigo 1º, §3º, inciso V, da Lei Complementar nº 105/2001, autorizando o Banco Depositário a divulgar as informações relacionadas com a Conta Bancária Centralizadora à ARTESP e ao Poder Concedente e, caso seja celebrado o Termo de Adesão, ao Agente, na qualidade de representante dos Financiadores.

2.6. Sempre que solicitado pela ARTESP e/ou pelo PODER CONCEDENTE ou, caso seja celebrado o Termo de Adesão, pelo Agente, na qualidade de representante dos Financiadores, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá enviar, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, informações sobre a CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA, incluindo saldos, extratos e históricos de investimentos, depósitos e transferências.

3. DEPÓSITO NA CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA

3.1. As PARTES concordam que, nos termos do CONTRATO DE CONCESSÃO, a totalidade dos recursos decorrentes das RECEITA TARIFÁRIAS deverão ser depositadas diretamente na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA.

3.2. A Tarifa Eletrônica apurada em decorrência da exploração do SISTEMA DE TRAVESSIAS\ deverá ser depositada na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA, sendo expressamente proibido o envio de instrução diversa pela CONCESSIONÁRIA para as partes responsáveis por tais depósitos.

3.2.1. A Concessionária deverá praticar todos os atos necessários para fazer creditar diretamente na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA a totalidade das Receitas Tarifárias relacionadas com o Sistema de Travessias, incluindo, mas não se limitando a notificar todas as partes envolvidas no pagamento, depósito, intermediação ou transferência das Receitas Tarifárias, incluindo as empresas que prestam serviços relacionados com a Tarifa, para instruir tais partes sobre o depósito da totalidade dos valores devidos diretamente na Conta Bancária Centralizadora, sem quaisquer compensações, descontos, retenções ou qualquer outra forma de redução.

3.3. A Tarifa Física arrecadada em moeda corrente (dinheiro) apurada em decorrência da exploração do SISTEMA DE TRAVESSIAS deverá ser recolhida nas respectivas TRAVESSIAS, de acordo com o cronograma estabelecido entre a CONCESSIONÁRIA e a Empresa de Segurança, sendo obrigação da CONCESSIONÁRIA garantir o depósito de tais valores na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data da respectiva arrecadação.

3.4. A CONCESSIONÁRIA concorda que, caso venha a receber diretamente quaisquer valores relacionados com as RECEITAS TARIFÁRIAS, inclusive valores recebidos através da PLATAFORMA, deverá providenciar o depósito da totalidade dos valores recebidos na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA no prazo de 2 (dois) dias contados do recebimento, vedada a realização de compensação quanto a quaisquer créditos que possa ter, salvo se expressamente autorizado pelo PODER CONCEDENTE ou pela ARTESP.

4. MOVIMENTAÇÕES DA CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA

4.1. A CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA será movimentada pelo BANCO DEPOSITÁRIO, para garantir atendimento aos seguintes repasses devidos às Partes:

4.1.1. A totalidade da RECEITA TARIFÁRIA depositada na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA será transferida para a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO, após contabilização necessária para envio da Notificação de Aferição de Receita Tarifária.

4.1.1.1. Até o segundo dia útil de cada mês, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá enviar à ARTESP e à CONCESSIONÁRIA a Notificação de Aferição de Receita Tarifária, detalhando todos os valores depositados na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA a título de RECEITAS TARIFÁRIAS no mês anterior ao do envio.

4.1.2. A movimentação prevista na Cláusula 4.1, i ocorrerá diariamente, permitindo à CONCESSIONÁRIA acessar o fluxo de RECEITA TARIFÁRIA da forma mais expedida possível.

4.2. As PARTES concordam que a CONCESSIONÁRIA poderá constituir gravame sobre a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO, os recursos nela depositados e/ou os direitos creditórios dela decorrentes, para garantir suas obrigações com terceiros, incluindo as obrigações decorrentes dos Contratos de Financiamento, observado o disposto no CONTRATO DE CONCESSÃO.

5. EXERCÍCIO DOS DIREITOS DOS FINANCIADORES

5.1. Caso seja enviada Notificação de Exercício para o Banco Depositário, as Partes concordam que:

5.1.1. o BANCO DEPOSITÁRIO deverá suspender as transferências de valores da CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA, previstas na Cláusula 4.1, inciso i, para a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO; e

5.1.2. Os valores depositados na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA serão retidos

até o recebimento, pelo BANCO DEPOSITÁRIO, de instruções do Agente (a) conforme a Cláusula 5.2; ou (b) conforme venha a ser previsto no Plano de Reestruturação aprovado pela ARTESP.

5.1.3. A partir da data em que o Banco Depositário receber Notificação de Exercício e até a data em que o Banco Depositário receber o Plano de Reestruturação, as Partes concordam que os valores depositados na Conta Bancária Centralizadora deverão ser utilizados somente conforme instruções do Agente.

5.1.4. As Partes concordam que as instruções do Agente deverão ser atendidas pelo Banco Depositário até a data em que o Banco Depositário receber:

5.1.4.1. na Conta Bancária Centralizadora até a data da referida notificação, sendo que os valores depositados na Conta Bancária Centralizadora, após a data de recebimento da notificação indicada neste item, deverão ser transferidos nos termos da Cláusula 4, conforme aplicável; ou

5.1.4.2. notificações do Agente informando novas instruções de transferência, nos termos do Plano de Reestruturação aprovado.

5.2. Após o recebimento, pelo Banco Depositário, do Plano de Reestruturação, os valores depositados na Conta Bancária Centralizadora deverão ser transferidos pelo Banco Depositário na forma prevista no Plano de Reestruturação.

5.2.1. As Partes se obrigam a enviar ao Banco Depositário, no prazo de 1 (um) dia útil, todas as informações solicitadas pelo Banco Depositário para cumprimento do Plano de Reestruturação, incluindo informações necessárias para a realização de transferências indicadas no Plano de Reestruturação.

5.3. Após o cumprimento dos termos do Plano de Reestruturação, as Partes concordam que as transferências relacionadas com a CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA voltarão a seguir o disposto na Cláusula 4 acima.

6. DEPÓSITO DOS DOCUMENTOS REPRESENTATIVOS

6.1.A CONCESSIONÁRIA manterá, na qualidade de fiel depositária, a posse de todos os documentos relacionados com a CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA da qual seja titular, conforme o caso, incluindo demonstrativos de saldos e extratos e documentos celebrados com o BANCO DEPOSITÁRIO para abertura e manutenção das CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA.

6.2. A CONCESSIONÁRIA deverá praticar todos os atos necessários à existência e boa conservação dos documentos referidos na Cláusula 6.1 acima.

6.3. O PODER CONCEDENTE e a ARTESP e, caso o Termo de Adesão seja celebrado, o Agente, representante dos Financiadores, poderão, a qualquer momento, solicitar à CONCESSIONÁRIA informações relativas a tais documentos, bem como a sua apresentação.

7.3.1. A CONCESSIONÁRIA deverá atender à solicitação prevista na cláusula 6.3 supra em até 5 (cinco) dias do seu recebimento, ou em prazo menor para atender determinação legal, sempre observada a complexidade da solicitação.

7. OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

7.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Contrato, a CONCESSIONÁRIA se obriga a:

- 7.1.1. dar ciência, por escrito, dos termos e condições deste Contrato e dos demais Documentos da Concessão, a seus administradores e prepostos, para que estes cumpram e façam cumprir todos os seus termos e suas condições;
- 7.1.2. encaminhar à ARTESP e ao PODER CONCEDENTE e, caso o Termo de Adesão seja celebrado, ao Agente, informações sobre qualquer negócio jurídico, deliberação societária ou medida que possa afetar o cumprimento de qualquer de suas obrigações assumidas neste Contrato;
- 7.1.3. informar, em até 1 (um) dia útil, à ARTESP e ao PODER CONCEDENTE e, caso o Termo de Adesão seja celebrado, ao Agente, qualquer atraso ou impedimento no depósito da Tarifa Eletônica e da Tarifa Física na Conta Bancária Centralizadora;
- 7.1.4. informar, em até 1 (um) dia útil, à ARTESP e ao Poder Concedente e, caso o Termo de Adesão seja celebrado, ao Agente, o conhecimento de (a) qualquer informação que possa resultar em bloqueio ou oneração da Conta Bancária Centralizadora; ou (b) qualquer ato ou informação que possa, de qualquer forma, prejudicar o cumprimento do presente Contrato;
- 7.1.5. durante o período de vigência do presente Contrato, manter verdadeiras as declarações prestadas neste instrumento;
- 7.1.6. manter sempre válidas, em vigor e em perfeita ordem todas as autorizações eventualmente necessárias à execução deste Contrato;
- 7.1.7. cumprir tempestivamente todas as obrigações assumidas no presente Contrato;
- 7.1.8. não ceder direitos ou constituir ônus, gravames, encargos, restrições ou preferências de qualquer natureza sobre a CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA; e
- 7.1.9. praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos que sejam necessários para a manutenção da CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA, obrigando-se, inclusive, mas não somente, a defender, de forma tempestiva e eficaz, a CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA e todos os direitos dela decorrentes, contra quaisquer procedimentos ou processos que venham a ser propostos por terceiros ou que a CONCESSIONÁRIA venha a ter ciência e que possam, de qualquer forma, afetar de maneira adversa os termos do presente Contrato.

8. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

8.1. A Concessionária declara e garante que:

- 8.1.1. é sociedade devidamente constituída de acordo com as leis e regulamentos atualmente em vigor na República Federativa do Brasil;
- 8.1.2. tem capacidade para firmar este Contrato e praticar os atos nele contemplados;
- 8.1.3. foram obtidas todas as autorizações e foram tomadas todas as medidas e procedimentos societários para que o presente Contrato fosse validamente

8.1.4.a celebração deste Contrato e a assunção das obrigações dele decorrentes estão de acordo com seus atos constitutivos e tem plena eficácia;

8.1.5.as pessoas que assinam este Contrato em seu nome têm poderes para assumir as obrigações nele estabelecidas;

8.1.6.a celebração deste Contrato e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (a) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato dos quais a CONCESSIONÁRIA, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas; (b) de qualquer norma legal ou regulamentar a que, na data de assinatura deste Contrato, a CONCESSIONÁRIA, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas estejam sujeitos; e (c) de qualquer ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial que, na data de assinatura deste Contrato, afete a CONCESSIONÁRIA, suas pessoas controladas, coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas;

8.1.7.é a única titular da CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA que, na presente data, está livre e desembaraçada de quaisquer ônus, gravames, encargos ou restrições de qualquer natureza;

8.1.8.a Conta Bancária Centralizadora não é, na data de assinatura deste Contrato, objeto de qualquer ação judicial, extrajudicial ou administrativa que possa, direta ou indiretamente, comprometer sua liquidez e/ou os termos do presente Contrato; e

8.1.9.não há, na data de assinatura deste Contrato, qualquer motivo que permita a qualquer terceiro realizar quaisquer descontos dos valores relacionados com a Remuneração ou que impeça a realização dos depósitos previstos neste Contrato.

8.2. O BANCO DEPOSITÁRIO declara e garante que:

8.2.1.é instituição financeira devidamente constituída e autorizada a funcionar de acordo com as leis e regulamentos atualmente em vigor na República Federativa do Brasil;

8.2.2.tem capacidade para firmar este Contrato e praticar os atos nele contemplados, tendo todas as autorizações regulatórias para prática dos atos previstos neste Contrato;

8.2.3.foram obtidas todas as autorizações e foram tomadas todas as medidas e procedimentos para que o presente Contrato fosse validamente assinado;

8.2.4.a celebração deste Contrato e a assunção das obrigações dele decorrentes estão de acordo com seus atos constitutivos e tem plena eficácia; e

8.2.5.as pessoas que assinam este Contrato em seu nome têm poderes para assumir as obrigações nele estabelecidas.

8.3. O PODER CONCEDENTE e a ARTESP declaram e garantem que os valores depositados nas CONTAS DA CONCESSÃO serão utilizadas única e exclusivamente nas hipóteses descritas neste Contrato, não podendo, em hipótese alguma, serem destinados ao Tesouro Estadual, salvo nas hipóteses expressamente previstas neste Contrato.

9. DO BANCO DEPOSITÁRIO

9.1. Por meio deste Contrato, o BANCO DEPOSITÁRIO é nomeado para prestar os serviços de custódia de recursos financeiros depositados na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA, sendo o único e exclusivo responsável pela movimentação dos recursos nela mantidos, em estrita obediência ao disposto neste Contrato.

9.1.1. Banco Depositário poderá renunciar livremente ao exercício de suas funções, mediante simples notificação à ARTESP, ao Poder Concedente, à Concessionária e, caso o Termo de Adesão seja celebrado, ao Agente, a ser entregue com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de sua efetiva exoneração, permanecendo investido de todas as atribuições inerentes à custódia dos recursos financeiros depositados na Conta Bancária Centralizadora, até a sua efetiva substituição.

9.1.2. Caso o BANCO DEPOSITÁRIO renuncie ao exercício de suas funções antes do término de vigência deste Contrato, caberá à CONCESSIONÁRIA, com consentimento da ARTESP e do PODER CONCEDENTE, no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação de renúncia, constituir novo banco depositário, permanecendo o BANCO DEPOSITÁRIO no exercício de suas atribuições até o encerramento do prazo mencionado na cláusula acima ou a sua efetiva substituição, o que ocorrer primeiro.

9.1.3. Assim que o novo banco depositário tenha aceitado sua nomeação, (i) tal novo BANCO DEPOSITÁRIO sucederá e será investido em todos os direitos, poderes, privilégios e deveres do BANCO DEPOSITÁRIO; (ii) o BANCO DEPOSITÁRIO que houver renunciado nos termos da Cláusula 9.1.1 acima, ficará liberado dos respectivos deveres e obrigações aqui previstos, os quais deverão continuar a ser integralmente cumpridos, até a data em que ocorrer a sua efetiva substituição e até a transferência completa da posse e controle da Conta Bancária Centralizadora e da respectiva documentação; e (iii) os recursos existentes na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA, bem como toda a documentação relacionada a tal conta, deverá ser transferido ao novo Banco Depositário na data que assumir as obrigações deste Contrato.

9.2. Sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas deste Contrato, o Banco Depositário deverá:

9.2.1. caso o Termo de Adesão seja celebrado, permitir ao Agente, independentemente de anuência ou consulta prévia da Concessionária, o livre acesso à consulta da Conta Bancária Centralizadora para cumprimento do disposto neste Contrato;

9.2.2. atender, independentemente de anuência ou consulta prévia da Concessionária, todas as ordens da ARTESP e do Poder Concedente que estejam amparadas pelos Documentos da Concessão e, caso o Termo de Adesão seja celebrado, do Agente relacionadas ao cumprimento do presente Contrato, devendo, inclusive, (a) nas hipóteses previstas neste Contrato, bloquear a Conta Bancária Centralizadora; e (b) transferir recursos da Conta Bancária Centralizadora, na forma prevista neste Contrato;

9.2.3. zelar pelo fiel desempenho das obrigações previstas neste Contrato e observar, em

sua execução, as disposições deste Contrato; e

9.2.4. permanecer no exercício de suas funções em caso de sua substituição até a celebração de respectivo aditamento ao presente Contrato.

9.3. As Partes concordam de forma irrevogável e irretroatável que:

9.3.1. este Contrato expressamente dispõe sobre todas as atribuições do Banco Depositário com relação a todas e quaisquer questões pertinentes a este Contrato;

9.3.2. o Banco Depositário é ora autorizado a obedecer e a cumprir todas as medidas, mandados, sentenças ou decisões expedidas por autoridade judicial que afetem a Conta Bancária Centralizadora;

9.3.3. o Banco Depositário terá o direito de confiar em laudo arbitral, ordem, sentença judicial ou outro tipo de instrumento escrito que lhe for entregue, conforme previsto neste Contrato, sem que fique obrigado a verificar a autenticidade ou a exatidão dos fatos neles declarados ou sua adequação;

9.3.4. o Banco Depositário não será responsável perante qualquer das Partes em virtude do cumprimento dos referidos mandados, sentenças ou decisões judiciais, não obstante estes mandados, sentenças ou decisões judiciais sejam posteriormente alterados, revogados ou anulados;

9.3.5. o Banco Depositário não presta qualquer declaração quanto à validade, valor ou autenticidade de qualquer documento ou instrumento detido por ou a ele entregue;

9.3.6. a Concessionária pagará ou reembolsará o Banco Depositário, mediante solicitação, de quaisquer tributos incidentes ou que venham a incidir sobre a operacionalização deste Contrato, bem como indenizará e isentará o Banco Depositário de quaisquer valores que este seja obrigado a pagar no tocante a referidos tributos, desde que devidamente comprovados;

9.3.7. o Banco Depositário não será responsável caso, por força de decisão judicial, tome ou deixe de tomar qualquer medida que de outro modo seria exigível;

9.3.8. o Banco Depositário não está obrigado a verificar a veracidade das notificações que lhe forem entregues pelas demais Partes e não será, de nenhuma forma, responsabilizado por eventuais fatos danosos delas decorrentes;

9.3.9. o Banco Depositário cumprirá todas as disposições constantes das notificações e documentos recebidos, desde que estejam de acordo com as determinações deste Contrato;

9.3.10. o Banco Depositário não será responsável se os valores depositados na Conta Bancária Centralizadora forem bloqueados por ordem judicial; e

9.3.11. o Banco Depositário não terá responsabilidade em relação a qualquer outro instrumento celebrado entre a Concessionária, o Poder Concedente, os Financiadores e o Agente, não devendo, sob nenhum pretexto ou fundamento, ser chamado a atuar como árbitro com relação a qualquer controvérsia surgida entre as Partes ou intérprete das condições ali estabelecidas.

- 9.4.** As Partes concordam que as disposições relacionadas à remuneração devida ao Banco Depositário, em função dos serviços prestados nos termos deste Contrato, deverão ser estabelecidas e cumpridas de acordo com instrumento privado a ser celebrado entre a Concessionária e o Banco Depositário, não gerando qualquer responsabilidade para a ARTESP e/ou para o Poder Concedente.

10. VIGÊNCIA

- 10.1.** Este Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até a Data de Encerramento.

10.1.1. As Partes concordam que, não obstante o disposto na Cláusula 10.1 acima, enquanto o Banco Depositário não for devidamente notificado sobre a Data de Encerramento, a remuneração prevista neste Contrato continuará sendo cobrada.

10.1.2. Após a Data de Encerramento, a Conta Bancária Centralizadora entrará em regime de encerramento nos termos da regulamentação em vigor, e, uma vez concluído o regime de encerramento, a Conta Bancária Centralizadora será automaticamente encerrada, ficando o Banco Depositário desde já autorizado a tomar todas as providências necessárias para tanto.

- 10.2.** As Partes concordam que o Banco Depositário tem o prazo de até 4 (quatro) dias úteis para iniciar a operacionalização deste Contrato, contado da data em que o Banco Depositário receber a sua via assinada deste Contrato e desde que não seja verificada qualquer pendência na documentação encaminhada.

- 10.3.** Este Contrato poderá ser rescindido, de acordo com a legislação pertinente, a critério da Parte inocente ou prejudicada, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. se qualquer Parte descumprir obrigação prevista neste Contrato e, após ter sido notificada por escrito pela outra Parte, deixar, no prazo de 5 (cinco) dias contado do recebimento da referida notificação, de corrigir seu inadimplemento e de pagar à Parte prejudicada os danos comprovadamente causados;

10.3.2. se qualquer Parte descumprir obrigação prevista neste Contrato e, após ter sido notificada por escrito pela outra Parte, deixar, no prazo de 5 (cinco) dias contado do recebimento da aludida notificação, de indenizar à Parte prejudicada os danos comprovadamente causados quando não for mais possível o cumprimento da obrigação ou seu cumprimento não satisfizer os interesses da Parte prejudicada, conforme decisão transitada em julgado; e

10.3.3. independentemente de aviso prévio, se qualquer Parte tiver decretada sua falência, deferimento de pedido de recuperação extrajudicial ou judicial ou sofrer liquidação ou intervenção, judicial ou extrajudicial.

- 10.4.** Caso ocorra qualquer das hipóteses da Cláusula 10.3 acima, o Banco Depositário prestará os serviços descritos neste Contrato até que (i) os recursos depositados na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA sejam integralmente destinados para outra conta indicada pelo Poder Concedente e, caso o Termo de Adesão seja celebrado, pelo Agente; e (ii) as Partes celebrem novo contrato, cujos termos e condições substituirão integralmente os termos do presente Contrato.

11. PENALIDADES

- 11.1.** A CONCESSIONÁRIA concorda que, caso deixe de cumprir qualquer disposição do presente Contrato na forma e/ou no prazo aqui estabelecido, estará sujeita ao pagamento das perdas/ou danos eventualmente incorridos pelas demais Partes.
- 11.2.** Adicionalmente, no caso de descumprimento de obrigações de depósito ou transferência de valores, a Concessionária estará sujeita ao pagamento de multa não compensatória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, ambos devidos ao Poder Concedente e calculados sobre o valor que deixou de ser depositado ou transferido da Conta Bancária Centralizadora, conforme venha a ser apurado pela ARTESP.
- 11.3.** As Partes concordam que as penalidades previstas nesta cláusula poderão ser exigidas independente e sem prejuízo das demais penalidades previstas nos demais Documentos da Concessão.
- 11.4.** A exigência de qualquer penalidade prevista nesta cláusula não impede a Parte prejudicada de exigir o cumprimento da obrigação descumprida ou isenta a Concessionária do cumprimento de tal obrigação.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1.** O presente Contrato obriga as Partes e seus sucessores.
- 13.1.1.** Para possibilitar o exercício dos direitos decorrentes do presente Contrato, o Agente (i) enquanto o Acordo Tripartite não for celebrado, poderá celebrar o Termo de Adesão a qualquer momento e enquanto o presente Contrato estiver vigente; ou (ii) caso o Acordo Tripartite seja celebrado, deverá assinar o Termo de Adesão na data de celebração do Acordo Tripartite.
- 13.1.2.** Após a assinatura do Termo de Adesão, as Partes concordam que o Agente será considerado como parte do presente Contrato, passando, para todos os fins, a integrar as definições "Parte" e "Partes".
- 13.1.3.** Fica desde já acordado que, após a assinatura do Termo de Adesão, as Partes e o Agente poderão celebrar aditamento ao presente Contrato, com o objetivo de adequar os termos do Contrato às normas, políticas e aprovações internas dos Financiadores. As Partes concordam que o referido aditamento não poderá implicar em prejuízo aos direitos, às garantias e às faculdades outorgadas ao Poder Concedente por meio dos Documentos da Concessão.
- 12.2.** As PARTES concordam que os valores depositados nas CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA poderão ser aplicados com liquidez compatível com as obrigações de transferência previstas no regramento relacionado à CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA, em especial Títulos Públicos de emissão do Tesouro Nacional pós-fixados, com liquidez compatível com as obrigações de transferência previstas no CONTRATO DE CONCESSÃO e neste Contrato.
- 12.2.1.** Todas as aplicações deverão ser realizadas com recursos da respectiva CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA e os resgates deverão ser feitos por meio de crédito na mesma conta.
- 12.3.** As disposições do Contrato de Concessão Patrocinada complementam o presente Contrato para efeito de interpretação e perfeito entendimento dos negócios aqui tratados.

- 12.4.** Sem prejuízo da indenização devida em caso de inadimplemento de qualquer cláusula do presente Contrato, a Parte prejudicada poderá exigir da Parte inadimplente, se cabível, a execução específica da obrigação devida.
- 12.5.** Qualquer alteração ao presente Contrato só será considerada válida, exigível e eficaz se feita por escrito e assinada por todas as Partes ou seus sucessores.
- 12.6.** Os direitos de cada Parte previstos neste Contrato (i) são cumulativos com outros direitos previstos em lei e nos demais Documentos da Concessão; e (ii) só admitem renúncia específica e por escrito.
- 12.7.** O não exercício, total ou parcial, de qualquer direito decorrente do presente Contrato não implicará novação da obrigação ou renúncia ao respectivo direito por seu titular.
- 12.8.** A eventual invalidade e/ou ineficácia de uma ou mais cláusulas não afetará as demais disposições do presente Contrato.
- 12.9.** Se qualquer disposição deste Contrato for considerada inválida e/ou ineficaz, as Partes deverão emendar seus melhores esforços para substituí-la por outra de conteúdo similar e com os mesmos efeitos.
- 12.10.** As comunicações a serem enviadas por quaisquer das Partes nos termos deste Contrato deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:
- (a) Se para a ARTESP: [•]
 - (b) Se para o Poder Concedente: [•]
 - (c) Se para a Concessionária: [•]
 - (d) Se para o Banco Depositário: [•]
- 12.10.1.** As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, nos endereços acima.
- 12.10.2.** As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias após o envio da mensagem.
- 12.10.3.** A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 3 (três) dias contados da sua ocorrência.
- 12.11.** Fica vedada a cessão dos direitos e transferência das obrigações decorrentes deste Contrato sem anuência das demais Partes, ressalvada as hipóteses (i) de o Banco Depositário ceder total ou parcialmente seus direitos à empresa pertencente ao seu conglomerado econômico e desde que os cessionários estejam autorizados pelos órgãos reguladores a exercer as atividades decorrentes deste contrato; e (ii) disposta no Acordo Tripartite ou no Contrato de

12.12. O recolhimento dos tributos incidentes sobre esta contratação será realizado pela Parte definida como contribuinte pela legislação tributária, na forma nela estabelecida.

12.13. Este Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

12.14. As Partes elegem o foro da Comarca de [•], Estado de [•], para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato.

As Partes firmam o presente Contrato em [•] ([•]) vias de igual teor e conteúdo, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

[local], [•] de [•] de [•]

[Página de assinaturas a seguir]

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Contrato de Administração de Contas, celebrado em [•] de [•] de [•])

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Por:

Nome:

Cargo:

ARTESP

Por:

Nome:

Cargo:

[CONCESSIONÁRIA]

Por:

Nome:

Cargo:

[BANCO DEPOSITÁRIO]

Por:

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

1. _____
Nome:
RG nº:
CPF nº:

2. _____
Nome:
RG
CPF nº: nº:

ANEXO I

MODELO DE TERMO DE ADESÃO

TERMO DE ADESÃO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS

Pelo presente Termo de Adesão ao Instrumento Particular de Contrato de Administração de Contas ("**Termo de Adesão**"), as partes:

(1) [...], na qualidade de Agente dos Financiadores ("**Agente**"), investido de mandato com poderes bastantes e irrevogáveis para a representação dos Financiadores, conforme os Contratos de Financiamento;

(2) O Governo do Estado de São Paulo, neste ato representado pela Secretaria [...] ("**Poder Concedente**");

(3) A Agência Reguladora de Serviços Públicos de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), inscrita no CNPJ sob o nº 05.051.955/0001- 91, com sede na Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi – São Paulo/SP, por seu Diretor Geral, Sr. [...], portador do RG nº [...] e CPF nº [...] ("**ARTESP**");

[...] ("**Concessionária**") e, na qualidade de banco depositário e administrador das contas objeto do presente Contrato;

(4) [...] ("**Banco Depositário**" e, em conjunto com o Agente, o Poder Concedente e a Concessionária, as "**Partes**" e, individual e indistintamente, "**Parte**").

CONSIDERANDO QUE:

(A) o Poder Concedente e a Concessionária celebraram o Contrato nº [...], com data de [...] (o "**Contrato de Concessão Patrocinada**"), referente à operação, manutenção e a realização dos investimentos necessários no Sistema de Travessias (o "**Projeto**");

(B) em [...] de [...] de [...], o Poder Concedente, a Concessionária e o Banco Depositário celebraram o Instrumento Particular de Contrato de Administração de Contas ("**Contrato**"), com o objetivo de regular as movimentações da Conta Bancária Centralizadora, assim como viabilizar a dedução de valores pelo Poder Concedente, nos termos do Contrato de Concessão;

(C) os Financiadores celebram com a Concessionária os seguintes instrumentos de dívida, os quais representam, na presente data, a totalidade das dívidas tomadas pela Concessionária para o financiamento do Projeto: (i) [nome], [data de celebração], [valor], [Credor], [vencimento]; e (ii) [nome], [data de celebração], [valor], [Credor], [vencimento] (em conjunto "**Contratos de Financiamento**");

(D) os Financiadores nomearam o Agente, nos termos dos Contratos de Financiamento e respectivas garantias, para representar a coletividade dos Financiadores;

(E) com fundamento no Contrato de Concessão, o Agente, o Poder Concedente e a Concessionária celebraram em [...] de [...] de [...] o Acordo Tripartite;

(F) com o objetivo de possibilitar ao Agente exercer os direitos e obrigações previstos no Contrato, as Partes decidem assinar o presente Termo de Adesão.

RESOLVEM as Partes firmar o presente Termo de Adesão, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo.

1. DEFINIÇÕES

1.1. Para os fins deste Termo de Adesão, salvo quando houver disposição em contrário, os termos iniciados em letras maiúsculas deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com o Contrato de Concessão.

2. ADESÃO DO AGENTE

2.1. O Agente neste ato adere integralmente aos termos e condições do Contrato, como se fosse signatário original do referido instrumento, comprometendo-se a, de forma irrevogável e irretratável, observar todos os termos, condições, direitos, pretensões, ações e obrigações decorrentes do Contrato, assumindo todas as responsabilidades, ônus e obrigações dele decorrentes.

2.2. As demais Partes se obrigam a tratar o Agente como se fosse signatário original do Contrato, garantindo-lhe o pleno e irrestrito exercício de todos os direitos e prerrogativas atribuídos no Contrato.

3. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE

3.1. O Agente declara e garante que:

- (i) é sociedade devidamente constituída de acordo com as leis e regulamentos atualmente em vigor na República Federativa do Brasil;
- (ii) tem capacidade para firmar este Termo de Adesão e praticar os atos contemplados nele e no Contrato;
- (iii) foram obtidas todas as autorizações e foram tomadas todas as medidas e procedimentos para que o presente Termo de Adesão fosse validamente assinado;
- (iv) a celebração deste Termo de Adesão e a assunção das obrigações decorrentes dele e do Contrato estão de acordo com seus atos constitutivos e tem plena eficácia; e
- (v) as pessoas que assinam este Termo de Adesão em seu nome têm poderes para assumir as obrigações nele estabelecidas.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Ficam ratificadas todas as cláusulas do Contrato.

4.2. As comunicações a serem enviadas por quaisquer das Partes para o Agente nos termos do Contrato deverão ser encaminhadas para o seguinte endereço: [•].

4.3. As Partes concordam que o presente Termo de Adesão poderá ser alterado ou complementado conforme as informações aqui contidas se tornem desatualizadas ou incorretas.

Estando assim certas e ajustadas, as Partes, firmam este Termo de Adesão em [•] vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

[local], [•] de [•] de [•]

[Assinaturas]